

DISCURSO DO SENHOR GOVERNADOR POR OCASIÃO DO 17º ANIVERSÁRIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BCSTP (1992-2009)

S.E, Senhor Presidente Interino da Assembleia Nacional,

S.E. Senhora Primeira – Ministra Interina,

S. E. Senhor Presidente do Tribunal Supremo,

S.E. Senhor Procurador -Geral da República,

S. E. Senhor Presidente do Tribunal de Contas,

Excelentíssimos Senhores Membros do Governo,

S. E. Senhor Representante da Presidência da República,

Excelentíssimos Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Senhores Membros do Conselho de Administração do Banco Central e das instituições Financeiras,

Distintos Convidados

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em primeiro lugar gostaria em nome do BCSTP e em meu próprio de vos agradecer por se terem dignado nos brindar com a Vossa honrosa presença neste evento que marca a comemoração do 17º aniversário da institucionalização do BCSTP.

O dia que hoje comemoramos nos oferece uma particular oportunidade para juntos festejarmos mais um ano de vida do Banco Central na sua luta pelo cumprimento da missão que norteou a sua criação, mas também deve-se constituir num dia de reflexão sobre o caminho percorrido e sobre os crescentes desafios que se nos colocam perante as exigências cada vez maiores que temos de enfrentar num mundo cada vez mais globalizado com os seus efeitos nocivos para economias mais frágeis como a nossa.

É assim que o BCSTP não podia ficar indiferente face a persistente clima de degradação das perspectivas de crescimento mundial que, ainda que indirectamente, influencia o desempenho económico e social nacional.

Face a situação causada pela bolha imobiliária nas maiores economias mundiais, que tiveram forte impacto no desempenho económico das mesmas e conseqüentemente nas mais frágeis economias, o FMI reviu em baixa as perspectivas da actividade económica mundial em 2009, com um recuo de 1,3%.

Em boa parte dos Países europeus, americanos e asiáticos persistem ainda a recessão económica, estando mesmo a prever-se a recuperação apenas para o ano 2010.

Para o Director do FMI, a conjuntura internacional continua crítica e é demasiado cedo para decretar o seu fim, não obstante algum sinal de recuperação, como por exemplo:

- a) Um menor decréscimo da actividade económica do que se previa inicialmente nos EUA e na Zona Euro,
- b) Crescimento superior ao esperado na R.P. da China,
- c) Crescimento da Economia Japonesa,
- d) Recente confirmação dos sinais de retoma da Economia Alemã
- e) Crescimento Económico dos Países menos desenvolvidos,

As sucessivas diminuições das taxas de juro, fundamentalmente na economia Americana, na Zona Euro e na R. P. China, deram e continuam a dar um impulso crucial para a retoma da actividade económica mundial.

Sendo a economia Santomense fortemente dependente do exterior, a contracção da economia mundial pode repercutir na contribuição do OGE, fundamentalmente no financiamento dos projectos de investimento público (PIP) e investimentos directos estrangeiros (IDE).

**Excelências,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Ainda que de forma indirecta e muito ligeira, o Sistema Financeiro também não ficou indiferente aos efeitos negativos da crise mundial, com a diminuição do rendimento das aplicações feitas em activos financeiros de baixo risco, na sequência da diminuição das taxas de juro nos principais mercados internacionais.

A diminuição da capacidade do OGE derivada fundamentalmente dos factores exógenos, tem dificultado as acções de combate a crise alimentar e social.

O problema da crise alimentar, tem vindo a ser debatido com muita seriedade desde 2008 em vários fóruns económicos mundiais, inclusive, nas instituições como a FAO, o FMI, o Banco Mundial e o BAD.

Na sequência de vários debates feitos a escala internacional pelas organizações financeiras internacionais, os nossos parceiros financeiros internacionais como o Banco Mundial, o FMI e o BAD/FAD têm procurado formas de financiar o sector agrícola dos países altamente vulneráveis, e existem já sinais positivos para o nosso País desta vontade internacional.

Ao nível de contribuição do sector financeiro nacional no combate a crise, tem-se observado a expansão do crédito a economia, derivada do processo de diversificação e concorrência, ligado ainda ao factor de diminuição das taxas de juros.

Nos sete últimos anos, assistimos a uma evolução forte de número de operadores financeiros, atingindo **actualmente 18 agências** bancárias e 2 seguradoras, sendo que, o alargamento às zonas interiores do país constitui o desafio da concorrência interbancária para os próximos tempos.

O Banco Central continuará o esforço de estabilização dos preços utilizando, de forma mais eficiente possível, os escassos instrumentos de intervenção disponíveis no mercado monetário e cambial.

A redução quase a metade da taxa de inflação homóloga que passou de 37% em Julho 2008 para 15,4% em Julho do corrente ano é prova evidente desse esforço, que tem contado, sobremaneira, com a política de contenção orçamental do Governo.

A Inflação acumulada neste último Julho foi de 8,7%, a mais baixa dos últimos 6 anos. As reservas internacionais mantêm acima dos níveis desejados internacionalmente, ou seja, superior aos 4 meses de importação de bens e serviços.

O Banco Central continuará também, a esforçar-se para uma melhor supervisão do sistema financeiro. A maior sistematização de visitas directas em curso, o novo programa de avaliação directa de carteiras de crédito e implementação duma central de risco em curso são entre outras provas deste maior engajamento do Banco Central na monitorização das actividades bancária e seguradora.

Concluído que está o estudo de viabilidade técnica e financeira para a implementação dum sistema electrónico de pagamento automático, será constituída brevemente uma sociedade mista comparticipada pelos bancos e a CST para que se encarregue da instalação dum sistema de pagamento moderno no país.

A recente assinatura do acordo de cooperação económica com Portugal com vista a paridade cambial Dobra - Euro, cuja entrada em vigor está prevista para Janeiro próximo, constitui ao mesmo tempo um grande progresso e um grande desafio.

Já o mesmo implica para além da manutenção firme dum clima de rigor macroeconómico, a implementação, com apoio de parceiros de cooperação, dum programa integrado de desenvolvimento por forma a superarmos as principais fontes de desequilíbrios estruturais ainda existentes, sobretudo no sector produtivo e de infra-estruturas, por forma a podermos manter a actual tendência de convergência nominal, enquanto única fonte de sustentabilidade desse desiderato.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A escolha do tema "Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo" para debate nesse fórum não vem por acaso. O combate ao branqueamento de capitais faz parte da agenda nacional e internacional, sobretudo quando por falta de informações o país foi incluído na lista negra por organização que monitora operações ilícitas.

O nível de transacções fora do sistema financeiro na nossa economia ainda é elevado, um fenómeno que está associado ao alto nível de informalidade da nossa economia. Por isso saudamos e encorajamos o Governo pelas recentes

medidas levadas a cabo com vista a bancarização de todas operações financeiras do estado.

A presença aqui nesse fórum de representantes das instituições regionais ligadas a essa questão (GIABA e Consultor José Carapinha do Gabinete de Informação Financeira de Macau), confirma a nossa intenção e determinação de, em conjunto com a comunidade Internacional, combater todas as formas de criminalidade organizada e apoiada por transacções financeiras.

Foram emitidas Notas Interpretativas e Melhores Práticas internacionais em relação às Recomendações Especiais sobre o Financiamento do Terrorismo, particularmente, no que se refere a transferências bancárias e sistemas alternativos de remessas de dinheiro.

No sector financeiro nacional, novos regulamentos deverão ser emitidos em paralelo a lei sobre branqueamento de capitais, nomeadamente i) o registo das operações cambiais e ii) operações de câmbio, abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira no território nacional.

Além da exigência original para verificação da identificação e retenção de registos do cliente, a primeira regulamentação incorporará a necessidade da política e dos procedimentos de aceitação de clientes, de monitorização de contas de clientes de alto risco e de adequada gestão de risco.

A segunda norma regulará procedimentos para lidar com transacções de dinheiro (numerário) que envolvam grandes somas para todas as instituições autorizadas, incluindo os intermediários financeiros, casas de câmbio e companhias de remessas de dinheiro.

A criação da Unidade de Informação Financeira, constitui um dos passos determinantes nessa luta, pelo que, esperamos que isso venha acontecer muito

brevemente com a criação duma equipa multi-sectorial encarregue de garantir de forma contínua a vigilância das operações financeiras particularmente relevantes.

Os nossos esforços conjuntos deverão, espero eu, traduzir-se na eliminação de S. Tomé e Príncipe na tal lista negra para o bem da economia nacional.

Para terminar, gostaria, mais uma vez, de reiterar os nossos agradecimentos a todos, e desejar que no fim desta palestra, possam sair conclusões e recomendações importantes que melhor nos mobilizará a todos para os objectivos preconizados.

Nossos especiais agradecimentos são dirigidos ao apresentador do tema, o Consultor José Carapinha do Gabinete de Informação Financeira de Macau e também à honrosa presença dos representante do GIABA. Os nossos agradecimentos são igualmente dirigidos também a Presidência, ao Parlamento, ao Governo, aos Tribunais e a Procuradoria-geral da República.

Muito obrigado pela vossa atenção.

S. Tomé, ao 26 Agosto de 2009,

O Governador
Luís Sousa